



PROJ  
73

**CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE Lei nº. 73/94 - VETO

AUTOR: CHEFE DO EXECUTIVO

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE AUMENTO DE VENCIMENTOS DOS  
FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

MENSAGEM Nº 257.

GABINETE DO PREFEITO

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei nº 73/94

Recebido em 16 de 05 de 1994

Prazo vence em da de 19

Recebido por

SENHOR PRESIDENTE

Ibiúna, 16 DE MAIO DE 1994

JOSE VICENTE ZEZITO FALCÃO

PREFEITO

*Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência,  
Ibiúna, 16 DE MAIO DE 1994  
Em anexo.  
copiar aos Vereadores  
16/05/94  
J. Vicente Zézito*

Em anexo, encaminho a Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 257/94, que dispõe sobre aumento de vencimentos dos funcionários e servidores, e dá outras providências.

00. Presidente Conforme menciona o texto do projeto ora enviado, está sendo concedido aumento de 42,20 (quarenta e dois inteiros e vinte centésimos por cento), sobre os valores das referências dos servidores, devendo o Executivo atualizar, por Decreto, as tabelas de referências respectivas.

Tal percentagem corresponde à variação da URV (Unidade Real de Valor), entre os dias 1º e 30 de abril do corrente ano, sendo bom que se esclareça que os salários estão sendo pagos em cruzeiros reais, retroagindo o aumento a 1º de abril e estendendo-se aos proventos dos aposentados e pensionistas.

Por ser matéria de interesse, solicito urgência na sua apreciação, e, tenho certeza, receberá a propositura o beneplácito dos senhores vereadores.

*J. V. Z.*



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência, extensivamente aos seus pares, protestos de elevada estima e distinta consideração.

*Jose Vicente Zezito Falci*  
JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI  
PREFEITO

Excelentíssimo Senhor

JURACY FLORENCIO PINTO.

DD. Presidente da Câmara Municipal

IBIUNA - SP

ARTIGO 1º - fica concedido um aumento de 42,20% (quarenta e dois inteiros e vinte centésimos por cento), sobre os valores das referências de vencimentos dos funcionários e servidores municipais.

PARAGRAFO ÚNICO - Por Decisão do Conselho Municipal atualizará as Tabelas I-A e II-B, de Vencimentos e Servidores.

ARTIGO 2º - o aumento de que trata o artigo anterior é extensivo aos proventos dos aposentados e pensionistas.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PROTOCOLO

000034

11/11/94 15 22 48

CÂMARA MUNICIPAL  
DE IBIÚNA-SP



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

de sua publicação PROJETO DE LEI No <sup>73/94</sup> 257/94, a 1ª (primeira) de abril de 1994. DE 16 de maio de 1994

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA  
Dispõe sobre aumento de vencimentos dos funcionários e servidores e dá outras providências.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI, Prefeito do Município de Ibiúna-SP., no uso das atribuições que são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica concedido um aumento de 42,20% (quarenta e dois inteiros e vinte centésimo por cento), sobre os valores das referências de vencimentos dos funcionários e servidores municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Por Decreto, o Executivo atualizará as Tabelas I-A e II-B, de Vencimentos dos Servidores.

ARTIGO 2º - O aumento de que trata este artigo é extensivo aos proventos dos aposentados e pensionistas.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data






# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1<sup>o</sup> (primeiro) de abril de 1994.

Certifico que o Projeto de Lei nº. 73/94 de autoria do Chefe do GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA, AOS 16 DIAS DO MES DE MAIO DE 1994.

Certifico que o Projeto de Lei nº. 73/94 foi lido no expediente da Sessão Ordinária do mesmo dia. Certifico que, conforme Desap. nº. 1.000/94, os membros foram extraoficialmente convocados para a sessão. Verificando-se a presença dos membros, o Projeto de Lei nº. 73/94 foi aprovado. O Projeto de Lei nº. 73/94 foi inscrito para a discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 23 p. futuro. Ibiúna, 17 de maio de 1994.

  
= JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI =  
PREFEITO

**APROVADO**  
**CAMARA MUNICIPAL DE IBIUNA**  
Em 23 de 05 de 19 94

  
PRESIDENTE

  
1: SECRETÁRIO



SECRETARIA

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

## CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 73/94 de autoria do Chefe do Executivo deu entrada na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 16 p. passado e foi lido no expediente da Sessão Ordinária do mesmo dia. Certifico mais, conforme Despacho do Sr. Presidente foram extraídas e entregues fotocópias aos Srs. Vereadores e à disposição das Comissões para exararem parecer.

Certifico finalmente que o Projeto de Lei nº. 73/94 foi inscrito para 1ª discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 23 p. futuro.  
Ibiúna, 17 de maio de 1994.

*Amador Gabriel Vieira*  
Diretor da Divisão do Process. Legislativo

VEREADOR JOÃO MELLO, EM 2

APARICIO DE ALMEIDA  
RELATOR  
JOSE ALMEIDA DE SOUZA  
PRESIDENTE

CARLOS DE OLIVEIRA  
VICE-PRESIDENTE



SECRETARIA

CERTIFICADO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 73/94 de autoria do Chefe do Executivo deu entrada na Secretaria da Administração da Câmara no dia 16 p. passado e foi lido no expediente da Sessão Ordinária do mesmo dia. Certificado mais, conforme despacho do Sr. Presidente foram extraídas e entregues fotografias aos Srs. Vereadores e à disposição das Comissões para examina-  
reter.

Certifico finalmente que o Projeto de Lei nº. 73/94 foi inscrito para a discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 23 p. futuro.  
Ibiruna, 17 de maio de 1994.

Assinatura do Presidente da Comissão  
de Justiça e Redação

Nomeio o nome  
vereador Apolônio  
Soares de Carvalho, para  
relatar o projeto.

Ibiruna, 20 de maio de 1994

Assinatura  
Presidente da Comissão  
de Justiça e Redação



COMISSÕES

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 73/94

AUTORIA - CHEFE DO EXECUTIVO

RELATOR - APARÍCIO SOARES CARVALHO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Encaminha o CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL junto a esta Egrégia Casa de Leis o Projeto de Lei em epígrafe, que dispõe sobre " aumento de vencimentos dos funcionários e servidores e dá outras providências".

O projeto é Constitucional quanto a sua forma e autoria.

Quanto a sua legalidade, o projeto em questão é ilegal, tendo em vista que contraria os Artigos 17 e 18 da Medida Provisória nº 457 de 29 de abril de 1994, do Governo Federal que determina a conversão de salários e vencimentos em URV ( Unidade Real de Valor).

É o parecer.

Ao Plenário que é soberano em suas decisões.

SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, EM 23  
DE MAIO DE 1994.

APARÍCIO SOARES CARVALHO  
RELATOR - MEMBRO

JOSÉ ALTEMIO F. BORGES  
PRESIDENTE

JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA  
VICE-PRESIDENTE



PROJETO DE LEI Nº. 73/94

VOTO EM SEPARADO - VEREADOR JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

VL 08  
A

Encaminhou o Executivo à deliberação desta Casa de Leis o Projeto em epígrafe que "Dispõe sobre aumento de vencimentos dos funcionários e servidores e dá outras providências".

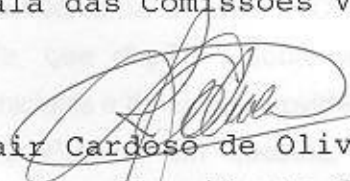
O Projeto é legal e constitucional quanto a forma e autoria, é o relatório que apresento.

É o meu parecer.

Ao plenário que é soberano em suas decisões.

Sala das Comissões Vereador João Mello, em

23 de maio de 1994.

  
Jair Cardoso de Oliveira

Vice-Presidente da Comissão de Justiça  
e Redação.

ELIZABETH DE OLIVEIRA  
MEMBRO



COMISSÕES

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

ADITIVA

DE LEI Nº. 73/94

DO CHEFE DO EXECUTIVO

redação:

Acréscimo-se um Artigo com a seguinte

ARTIGO 30.- Os salários dos funcionários municipais, pensionistas e aposentados serão convertidos em U.R.V. (Unidade Real de Valor) na data de pagamento de acordo com a Tabela de conversão do Artigo 1º, a partir de 1º de maio de 1994.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 73/94

AUTORIA - CHEFE DO EXECUTIVO

RELATOR - SATIO TERAMAE

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:

Procura-se através desta Comissão enquadrar-se legalmente os pagamentos efetuados pela Prefeitura Municipal aos seus servidores, pensionistas e aposentados.

Encaminha o CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, o Projeto de Lei em Epígrafe, que dispõe " sobre aumento de vencimentos dos funcionários e servidores municipais e dá outras providências ".

O Projeto, em questão, sob o aspecto financeiro e orçamentário está apto à deliberação do Plenário, pois o Artigo 3º aponta a origem dos recursos.

É o parecer.

Ao Plenário, que é soberano em suas decisões.

SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO

AOS 23 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 1994.

  
SATIO TERAMAE

PRESIDENTE

  
JOSÉ VICENTE FALCÃO FILHO  
VICE-PRESIDENTE

ELIZEU DIAS DE OLIVEIRA  
MEMBRO

APROVADO  
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA  
Em 23 de maio de 1994  
1º SECRETÁRIO

EMENDA ADITIVA

PROJETO DE LEI Nº. 73/94

AUTORIA DO CHEFE DO EXECUTIVO

Acrescente-se um Artigo com a seguinte redação:

ARTIGO 5º.- Os salários dos funcionários e servidores municipais, pensionistas e aposentados serão convertidos em U.R.V. (Unidade Real de Valor), na data do pagamento de acordo com a Tabela de que trata o parágrafo único do artigo 1º, a partir de 1º de maio de 1994 em diante.

JUSTIFICATIVA.

Procura-se através desta Emenda enquadrar-se legalmente os pagamentos efetuados pela Prefeitura Municipal aos seus servidores, pensionistas e aposentados em consonância ao que determina a Medida Provisória Pertinente.

Sala Vereador Raimundo de Almeida Lima, em 23 de maio de 1994.

*João Pereira*  
*Guimarães*  
*Ernesto Pires de Oliveira*  
*[assinatura]*  
*[assinatura]*

*Levi A. Mantovani*  
*[assinatura]*  
*[assinatura]*

**APROVADO**  
**CAMARA MUNICIPAL DE IBIRUNA**  
Em 27 de 94 de 19 94  
*[assinatura]*

1º SECRETÁRIO



# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÕES

PARECER CONJUNTO A EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 73/94  
RELATOR - APARÍCIO SOARES CARVALHO

As Comissões apresentam parecer favorável a emenda em questão, sob o aspecto legal, Constitucional, financeiro e orçamentário.

É o nosso parecer.

Ao Plenário, que é soberano em suas decisões.

SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO

AOS 23 DE MAIO DE 1994.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO:-

APARÍCIO SOARES CARVALHO  
MEMBRO-RELATOR

JOSÉ ALTEMIO F. BORGES  
PRESIDENTE

JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA  
VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:-

SATIO TERAMAE  
PRESIDENTE

JOSÉ VICENTE FALCI FILHO  
VICE-PRESIDENTE

ELIZEU DIAS DE OLIVEIRA  
MEMBRO



SECRETARIA

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

## CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 73/94 recebeu no expediente da Sessão Ordinária do dia 23 p. passado o Parecer da Comissão de Justiça e Redação, assinado pelos componentes Aparício Soares Carvalho e José Altemio Fernandes Borges, sendo que o Vereador Jair Cardoso de Oliveira, Vice Presidente da Comissão apresentou voto em separado.

Certifico mais, no mesmo expediente foi apresentado o Parecer Conjunto da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº. 73/94 e apresentada a Emenda Aditiva a proposição subscrita por onze Vereadores, e após apresentado também o Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento a Emenda Aditiva ao Projeto de Lei.

Certifico ainda que colocado em 1ª discussão e Votação o Projeto de Lei nº. 73/94 salvo a Emenda Aditiva, foi aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores, e após colocado em 1ª discussão e votação a Emenda Aditiva foi aprovada por unanimidade dos Srs. Vereadores, e em virtude da aprovação do Projeto e da Emenda foram inscritos para 2ª discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão Extraordinária convocada para a mesma data.

Certifico finalmente que colocado na Ordem do Dia da Sessão Extraordinária do dia 23 p. passado em 2ª Discussão e Votação o Projeto de Lei nº. 73/94 salvo a Emenda Aditiva foi aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores, e após colocada em 2ª discussão e votação a Emenda Aditiva também foi aprovada por quatorze votos favoráveis e três contrários dos Vereadores Fábio Bello de Oliveira, José Vicente Falci Filho e Paulo Dias de Moraes, e em face da aprovação do Projeto de Lei e da Emenda Aditiva foram encaminhados a Comissão de Justiça e Redação para a elaboração da Redação Final.

Ibiúna, 24 de maio de 1994.

*Amauri Gabriel Vieira*  
Diretor de Divisão do Proceso Legislativo





COMISSÕES

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

## APROVADO

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

Em 06 de 06 de 1994

PRESIDENTE

1.º SECRETÁRIO

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 73/94.

Dispõe sobre aumento de vencimentos dos funcionários e servidores e dá outras providências.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI, Prefeito do Município de Ibiúna-SP, no uso das atribuições que são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica concedido um aumento de 42,20% (quarenta e dois inteiros e vinte centésimos por cento), sobre os valores das referências de vencimentos dos funcionários e servidores municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Por Decreto, o Executivo atualizará as Tabelas I-A e II-B, de Vencimentos dos Servidores.

Artigo 2º - O aumento de que trata este artigo é extensivo aos proventos dos aposentados e pensionistas.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Os salários dos funcionários e servidores municipais, pensionistas e aposentados serão convertidos em U.R.V. (Unidade Real de Valor), na data do pagamento de acordo com a Tabela de que trata o parágrafo único do artigo 1º, a partir de 1º de maio de 1994.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º (primeiro) de abril de 1994.

SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO AOS 24 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 1994.

JOSÉ ALTEMIO FERNANDES BORGES  
PRESIDENTE

JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA  
VICE-PRESIDENTE

APARÍCIO SOARES CARVALHO  
MEMBRO



GABINETE

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

## AUTÓGRAFO DE LEI Nº 62/94.

Dispõe sobre aumento de vencimentos dos funcionários e servidores e dá outras providências.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI, Prefeito do Município de Ibiúna-SP, no uso das atribuições que são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica concedido um aumento de 42,20% (quarenta e dois inteiros e vinte centésimos por cento), sobre os valores das referências de vencimentos dos funcionários e servidores municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Por Decreto, o Executivo atualizará as Tabelas I-A e II-B, de Vencimentos dos Servidores.

Artigo 2º - O aumento de que trata este artigo é extensivo aos proventos dos aposentados e pensionistas.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Os salários dos funcionários e servidores municipais, pensionistas e aposentados serão convertidos em U.R.V. (Unidade Real de Valor), na data do pagamento de acordo com a Tabela de que trata o parágrafo único do artigo 1º, a partir de 1º de maio de 1994.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º (primeiro) de abril de 1994.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA, EM 06 DE JUNHO DE 1994.

JURACY FLORENCIO PINTO  
PRESIDENTE

DURVAL PIRES DE CAMARGO  
1º SECRETÁRIO

JOSÉ VICENTE FALCI Fº.  
2º SECRETÁRIO



GABINETE

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO GPC Nº136/94

IBIÚNA, 06 DE JUNHO DE 1994

SENHOR PREFEITO:

Através do presente, encaminho a Vossa Excelência o AUTÓGRAFO DE LEI Nº 62/94, referente ao Projeto de Lei Nº 73/94, que " dispõe sobre aumento de vencimentos dos funcionários e servidores e dá outras providências", aprovado na Sessão Ordinária do dia 01 p. passado.

Sem mais, aproveito o ensejo para apresentar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
JURACY FLORENCIO PINTO  
PRESIDENTE

AO EXMO. SR.  
JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI  
DD. PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA  
N E S T A.



# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

## CERTIDÃO:

Certifico que a Comissão de Justiça e Redação apresentou a Redação Final ao Projeto de Lei nº. 73/94, sendo extraídas e entregues fotocópias aos Srs. Vereadores.

Certifico mais, a Redação Final ao Projeto de Lei nº. 73/94 foi colocada em discussão e votação única na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 01 p. passado, sendo aprovada por unanimidade dos Srs. Vereadores presentes, ausente o Vereador José Altemio Fernandes Borges.

Certifico finalmente que em face da aprovação da Redação Final foi elaborado o Autógrafo de Lei nº. 62/94, encaminhado através do Ofício GPC nº. 136/94 da presente data.

Ibiúna, 06 de junho de 1994.

*Amador Gabriel Vieira*  
Diretor de Divisão do Proceso Legislativo

Excelentíssimo Senhor  
JURACY FLORENÇO PINTO  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
IBIÚNA - SP

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCO  
PREFEITO





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO  
GABINETE DO PREFEITO

*leia-se em  
sessão copias aos  
Vereadores e as Comissões*

*13/06/94*

Ofício GP 253/94

Ibiúna, 08 de junho de 1994

*Juracy Florencio Pinto*  
PRESIDENTE

Este Executivo encaminhou, à Câmara de Vereadores, projeto de lei dispondo sobre aumento de vencimentos dos funcionários e servidores públicos municipais.

O projeto, em síntese, concedia aumento aos servidores, de 42,20%, retroativamente a 1º de abril de 1994, estendendo-o aos proventos dos aposentados e pensionistas, declarando, ainda, que as despesas correriam à conta de dotações do orçamento vigente.

SENHOR PRESIDENTE

Na Câmara, porém, o projeto enviado por este Executivo foi modificado.

Por iniciativa do Legislativo, incluiu-se um artigo, que passou a ser o artigo 40, que dispõe:

Estou encaminhando a Vossa Excelência, a Lei Municipal n. 302/94, que dispõe sobre o aumento de vencimentos dos funcionários e servidores municipais e dá outras providências.

Ao mesmo tempo, informo-o que, com fundamento no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Orgânica do Município, vetei, integralmente, o artigo 40 da Lei Municipal referida, incluído por emenda desse Legislativo.

Para a finalidade do parágrafo 40 do mesmo artigo, da Lei Orgânica, anexo as razões do veto.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

*José Vicente Zezito Falci*  
JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI  
PREFEITO

Excelentíssimo Senhor  
JURACY FLORENCIO PINTO  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
IBIUNA - SP

PROTÓCOLO

CÂMARA MUNICIPAL  
DE IBIÚNA - SP

0000045 JUN 94 13 23 32

Ora, se a Constituição Federal determina que os vencimentos de funcionários e servidores depende de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, e se essa determinação está repetida na Lei Orgânica do





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

## VETO AO ART. 4o. DA LEI MUNICIPAL No. 302/94

Este Executivo encaminhou, à Câmara de Vereadores, projeto de lei dispondo sobre aumento de vencimentos dos funcionários e servidores públicos municipais.

O projeto, em síntese, concedia aumento aos servidores, de 42,20%, retroativamente a primeiro de abril de 1994, estendendo-o aos proventos dos aposentados e pensionistas, declarando, ainda, que as despesas correriam à conta de dotações do orçamento vigente.

Na Câmara, porém, o projeto enviado por este Executivo foi modificado.

Por iniciativa do Legislativo, incluiu-se um artigo, que passou a ser o artigo 4o., que dispõe:

**"Artigo 4o. - Os salários dos funcionários e servidores municipais, pensionistas e aposentados serão convertidos em U.R.V. (Unidade Real de Valor) na data do pagamento, de acordo com a Tabela de que trata o parágrafo único do artigo 1o., a partir de 1o. de maio de 1994".**

Mas a emenda apresentada pela Câmara é inconstitucional, e até contrária ao interesse público, e por essa razão, deve o artigo ser vetado por este Executivo.

Começemos pela Constituição Federal.

O artigo 61, parágrafo 1o., inciso II, alínea "a" da Constituição dispõe que o aumento de vencimentos dos servidores públicos depende de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.

Essa mesma determinação encontramos na Constituição do Estado de São Paulo, e, em termos de município de Ibiúna, encontramos também na Lei Orgânica do Município.

Está lá, no artigo 40 da Lei Orgânica, no seu inciso I, que:

**"Artigo 40 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:**

**I - criação, transformação ou extinção de cargos, empregos ou funções públicas, na Administração direta ou autárquica, além de fundações, ou aumento de sua remuneração." (grifo nosso).**

Ora, se a Constituição Federal determina que os aumentos de vencimentos de funcionários e servidores depende de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, e se essa determinação está repetida na Lei Orgânica do

*juiz*



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

Município, é evidente que a emenda da Câmara Municipal é inconstitucional, porque não tem competência para legislar sobre o assunto.

O assunto é claro, cristalino, e não precisa de maiores considerações. Mas, só a título de esclarecimento, e porque nunca é demais o aprendizado com os mestres do assunto, veja-se o que ensina Hely Lopes Meirelles, que continua sendo um dos mais respeitados doutores nesse campo, no seu livro "Direito Administrativo Brasileiro", 16a. edição, página 393:

"O aumento de vencimentos dos servidores públicos depende de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo (Constituição da República, artigo 61, parágrafo 1o., inciso II, alínea "a"). É uma restrição fundada na harmonia dos Poderes e no reconhecimento de que só o Executivo está em condições de saber quando, e em que limites, pode majorar a retribuição de seus servidores."

Ou, como dito na mesma obra, página 356,

"As entidades estatais são livres para organizar o seu pessoal para o melhor atendimento dos serviços a seu cargo, mas há três regras fundamentais que não podem postergar: a que exige que a organização se faça por lei; a que prevê a competência exclusiva da entidade ou poder interessado, e a que impõe a observância das normas constitucionais federais pertinentes ao funcionalismo".

Não é só.

Ao estabelecer que os servidores e funcionários municipais passariam a ter o aumento de seus vencimentos pela variação da U.R.V., a Câmara Municipal extrapolou em suas funções, invadindo área também exclusiva do Poder Executivo: o aumento indevido de despesas, com isso tornando a emenda contrária ao interesse público, o que também acarreta o seu veto.

Esse aumento indevido de despesas em projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito é proibido pela Lei Orgânica do Município, no parágrafo único do artigo 40.

Além disso, a Medida Provisória emitida pelo Governo Federal não obrigou os Municípios a adotarem a U.R.V. como índice ou fator de reajustamento dos vencimentos dos funcionários municipais.

gvt



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

E nem poderia.

Novamente citamos Hely Lopes Meirelles (página 363 do livro referido):

"A competência do Município para organizar o seu funcionalismo é consectário da autonomia administrativa de que dispõe. ...

Nesse campo é inadmissível a extensão das normas estatutárias federais ou estaduais aos servidores municipais, no que tanger ao regime de trabalho e de remuneração. ...

Nem mesmo a Constituição Estadual poderá estabelecer direitos, encargos ou vantagens para o servidor municipal, porque isto atenta contra a autonomia local. Desde que o Município é livre para aplicar as suas rendas e organizar os seus serviços (Constituição da República, artigo 30, III e V), nenhuma interferência pode ter o Estado-membro nesse campo da privativa competência local. ...

Só o município poderá estabelecer o regime de trabalho e de pagamento de seus servidores, tendo em vista as peculiaridades locais e as possibilidades de seu orçamento. Nenhuma vantagem ou encargo do funcionalismo federal ou estadual se estende automaticamente aos servidores municipais, porque isto importaria na hierarquização do Município à União e ao Estado-membro."

Em resumo, a emenda apresentada pela Câmara Municipal, determinando que os salários de servidores municipais seriam pagos em U.R.V., é inconstitucional, porque:

- a) legisla sobre matéria de competência exclusiva do Prefeito, nos termos do artigo 40 da Lei Orgânica Municipal;
- b) aumenta indevidamente a despesa do Município, o que é proibido pelo parágrafo único do mesmo artigo 40 da Lei Orgânica;
- c) é contrário ao interesse público, porque, ao aumentar a despesa do Município, não leva em consideração outras prioridades da Administração Municipal, que devem ser, também, prioridades da própria Câmara Municipal.

2024





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 302/94  
DE 08 DE JUNHO DE 1994.

Diante do exposto, VETO INTEGRALMENTE o artigo 4o. da Lei número 302/94, pelas razões expostas e com fundamento no inciso 1o. do artigo 43 da Lei Orgânica Municipal.

Remeta-se à Câmara Municipal cópia da Lei no. e deste veto, para os fins do parágrafo 4o. do referido artigo 43 da Lei Orgânica.

Ibiúna, 08 de junho de 1994

*Jose Vicente Zezito Falcão*  
JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCÃO  
PREFEITO

**APROVADO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA**

Em 14 de 07 de 1994

*Antônio Soares*  
PRESIDENTE

*Jose Vicente Zezito Falcão*  
1.º SECRETÁRIO

**PROTOCOLO**

000045

JUN 94 13 23 32

CÂMARA MUNICIPAL  
DE IBIÚNA-SP

*Antônio Soares*  
DR. TADEU ANTONIO SOARES  
SECRETÁRIO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 302/94  
DE 08 DE JUNHO DE 1994.

SECRETARIA

CERTIDÃO:

Dispõe sobre aumento de vencimentos dos funcionários e servidores e dá outras providências.

GP nº. 253/94, protocolado na Secretaria Administrativa de Ibiúna-SP., no uso das atribuições que são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica concedido um aumento de 42,20% (quarenta e dois inteiros e vinte centésimos por cento), sobre os valores das referências de vencimentos dos funcionários e servidores municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Por Decreto, o Executivo atualizará as tabelas I-A E II-B, de vencimentos dos servidores.

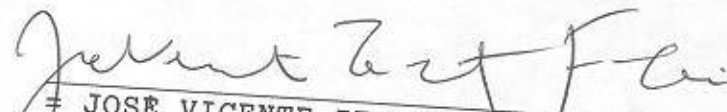
ARTIGO 2º - O aumento de que trata este artigo é extensivo aos proventos dos aposentados e pensionistas.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - VETADO.

ARTIGO 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º (primeiro) de abril de 1994.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA, AOS 08 DIAS DO MES DE JUNHO DE 1994.

  
= JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI =  
PREFEITO

Publicada e Registrada na Secretaria Geral da Administração, aos oito dias do mês de junho de hum mil novecentos e noventa e quatro.

  
= DR. TADEU ANTÔNIO SOARES =  
SECRETARIO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO





# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

## CERTIDÃO:

Certifico que o Veto ao Projeto de Lei nº. 73/94 foi encaminhado pelo Chefe do Executivo através do Ofício GP nº. 253/94, protocolado na Secretaria Administrativa no dia 13 p. passado.

Certifico mais, conforme Despacho do Sr. Presidente o Veto foi lido no expediente da Sessão Ordinária do dia 13 p. passado, foram extraídas e entregues fotocópias aos Srs. Vereadores, e à disposição da Comissão de Justiça e Redação para exarar parecer. Ibiúna, 14 de junho de 1994.

*Amauri Gabriel Vieira*  
Diretor de Divisão do Procs. Legislativo

## O PARECER:

Foi apresentado parecer da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 73/94, alegando que o Projeto é Constitucional quanto a forma e autoria sendo que a sua finalidade é a de criar uma Unidade Real de Valor, o que é contrário aos artigos 17 e 18 da medida provisória nº 437 de 19 de abril de 1994, do Governo Federal que determina a conversão dos salários e vencimentos em U.R.V. (Unidade Real de Valor). O Projeto de Lei é constitucional, discordando com o parecer da Comissão de Justiça e Redação, pois não pode concordar com um parecer que diz que o Projeto de Lei é inconstitucional e ao mesmo tempo diz que é ilegal, ora apresenta

PARECER SOBRE O VETO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AO ARTIGO 4º DO PROJETO DE LEI Nº 257/94, DE 16 DE MAIO DE 1994.

MEMBRO: Jair Cardoso de Oliveira.

Senhores Vereadores:

Na qualidade de membro da Comissão de Justiça e Redação venho por base no parágrafo 4º do artigo 56 da Resolução nº 005/83, apresentar meu voto em separado.

O Chefe do Poder Executivo enviou Projeto de Lei nº 257 de 16 de maio de 1994, que dispõe sobre aumento de vencimentos de funcionários e servidores na ordem de 42,20 (quarenta e dois inteiros e vinte centésimos por cento), sobre os valores das referências.

Ocorre que ao tramitar por essa Egrégia Casa de Leis foi apresentado por membros do Legislativo emenda acrescentando o artigo 4º que tem a seguinte redação:

Artigo 4º.- Os salários dos funcionários e servidores municipais, pensionistas e aposentados serão convertidos em U.R.V., na data do pagamento de acordo com a Tabela de que trata o parágrafo único do artigo 1º, a partir de 10 de maio de 1994.

A Comissão de Justiça e Redação exarou parecer favorável ao Projeto de Lei Original, bem como a emenda aditiva, sendo aprovado o Projeto e a emenda pela maioria em Sessão de 01 de junho de 1994.

Remetido o Autógrafo de Lei nº 62/94 ao Poder Executivo em 04 de junho de 1994 o Executivo Municipal opôs veto integral ao artigo 4º da Lei nº 302/94, fundamentando que a emenda apresentada por Vereadores desta Casa é inconstitucional, vez que a competência exclusiva do Prefeito legislar sobre a referida matéria (aumento de despesa).

É O PARECER:

Foi apresentado parecer da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 73/94, alegando que o Projeto é Constitucional quanto a forma e autoria sendo que a sua legalidade, e que o projeto em questão é ilegal, tendo em vista que contraria os artigos 17 e 18 da medida provisória nº 457 de 29 de abril de 1994, do Governo Federal que determina a conversão dos salários e vencimentos em U.R.V. (Unidade Real de Valores). Na oportunidade apresentei parecer em separado concluindo que o referido Projeto de Lei é constitucional, discordando com os demais membros da Comissão de Justiça e Redação, pois não poderia concordar com um parecer que diz que o Projeto de Lei é Constitucional e ao mesmo tempo diz que é ilegal, ora aprendemos

que "Constituição é: norma jurídica que, estruturar o estado, cria a ordem jurídica. Lei básica do estado da qual deveriam as demais. Lei maior ou Lei das leis, por ser formalmente superior às outras normas jurídicas que lhe são hierarquicamente inferiores no sistema jurídico.

Em assim sendo não posso admitir que um Projeto de Lei seja constitucional e ilegal.

Foi apresentado, também, uma Emenda aditiva ao mencionado Projeto de Lei, subscrita por 11 vereadores, objetivando acrescentar um artigo com a seguinte redação:

Artigo 50.- Os salários dos funcionários e servidores municipais, pensionistas e aposentados serão convertidos em U.R.V. (unidade real de valor), na data do pagamento de acordo com a Tabela de que trata o parágrafo único do artigo 10, a partir de maio de 1994.

Senhores Vereadores, na realidade a Emenda apresentada é que é inconstitucional, consequentemente ilegal vez que o artigo 40, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Ibiúna diz:

Artigo 40: São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre

I - criação, transformação ou extinção de cargos empregos ou funções públicas, na Administração Direta e Autarquia, além de fundações, "ou aumento de sua remuneração".

Como se vê, é de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal preposição que venha a criar cargos no quadro de servidores e funcionários, transformar ou extinguir cargos, empregos e funções, que seja na administração direta ou em autarquia e fundações, bem como a Projetos que tem como objetivo conceder aumento de remuneração dos funcionários e servidores.

Se isso não bastasse, diz a Constituição Federal em seu artigo 61:

As iniciativas das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Parágrafo 1º - São da iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - .....



II - disponham sobre:  
a) - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

Este artigo diz que é da iniciativa exclusiva do Presidente (Chefe do Executivo) tudo o que relaciona diretamente à organização e a gestão da máquina administrativa, aplicando-se no Governo Estadual e Municipal.

insiso II e VI, diz: Corroborado, ainda pelo artigo 84,

Presidente da República: ARTIGO 84 - Compete privativamente ao

ministros de Estado, a direção superior da administração federal:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;

parágrafo 2. Constituição Federal artigo 24,

Diante do exposto, fica facil de se concluir a a inconstitucionalidade, a ilegalidade da emenda, pois jamais poderia os membros do legislativo local legislar a esse respeito. Diz o artigo 2º da Constituição Federal:

Artigo 2º.- São Poders da União, independentese e harmonicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o judiciário.

Referido artigo nada mais é do que o Principio da tripartição de funções. A independência dos Poderes, que acreditamos ser do conhecimento de todos os Vereadores, mas a titulo de ilustração para o presente caso fica clara essa independência quando o legislador federal estabelece no artigo 51, IV.

Artigo 51 - compete privativamente à Câmara dos Deputados.

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, policia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções e seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentária;

O que vale dizer que a Câmara de Vereadores é que fixa a remuneração de seus funcionários e servidores, não podendo de forma alguma o Executivo interferir, tanto é verdade que esta Casa o faz através de Projeto de Resolução.

Diante de tudo isso, se conclue que a, Emenda é incompativel com a Lei Orgânica e Constituição Federal.




O argumento de que contraria os artigos 17 e 18 da medida Provisória nº 457 de 29 de abril de 1994, do Governo Federal, não tem cabimento pelos motivos acima expostos, bem como se analisamos atentamente a M.P. 434, que foi alterada pela Medida Provisória nº 457 de 29 de março de 1994 e Decreto 1.066/94 que, passem senhores Vereadores, foi alterada pela Medida Provisória nº 462 de 20 de maio de 1994, podemos constatar que a M. P. não impõe expressamente que o Estados e Municípios devam obedecer às regras estabelecidas nos artigos 18 e 21.

DO VETO.

Diante do exposto, agiu constantemente o Sr. Prefeito em vetar integralmente o artigo 4º da Lei, originado pela Emenda nº

Referido veto tem respaldo legal no artigo 43, parágrafo 1º e artigo 57, IV, da Lei Orgânica do Município de Ibiúna.

Ibiúna, 27 de junho de 1994

  
\*\* JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA \*\*

VICE-PRESIDENTE

DA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO



SECRETARIA

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

## CERTIDÃO:

Certifico que o Veto ao Artigo 4º da Lei nº. 257/94, Projeto de Lei nº. 73/94, recebeu no expediente da Sessão Ordinária do dia 27 p. passado o parecer em separado do Vereador Jair Cardoso de Oliveira - Vice-Presidente da Comissão de Justiça e Redação, juntado a proposição na presente data.

Ibiúna, 28 de junho de 1994.

*Amauri Gabriel Vieira*  
Diretor de Divisão do Proces. Legislativo



COMISSÕES

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO:

PARECER AO VETO DO ARTIGO 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 257/94  
PROJETO DE LEI Nº 73/94

302/94

AUTORIA:- CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

O Executivo Municipal, através do Ofício GP Nº 253/94, encaminha veto integral ao Artigo 4º da Lei Nº 257/94, com amparo no Artigo 40 da Lei Orgânica do Município, alegando inconstitucionalidade. Em síntese, alegou o Executivo ter a Colenda Câmara Municipal extrapolado em suas funções, invadindo área exclusiva do Poder Executivo.

Para maior destaque a fundamentação do seu veto, o Executivo ilustrou com entendimento do renomado jurista Dr. HELY LOPES MEIRELLES.

Cita o Executivo entre outras o seguinte entendimento:

"As entidades estatais são livres para organizar o seu pessoal para o melhor atendimento dos serviços a seu cargo, mas há três regras fundamentais que não podem postergar: a que exige que a organização se faça por Lei; a que prevê a competência exclusiva da entidade ou poder interessado, e a que impõe a observância das normas Constitucionais Federais pertinentes ao funcionalismo".

### Do mérito:

Em que pese o argumento apresentado pelo Executivo, não assiste razão a este, pois ao remeter Projeto de Lei este vem eivado de ilegalidade, pois contraria as medidas Provisória Nº 434 e 457, Artigos 17 e 18, ambas de autoria do Executivo Federal.

O que fez a Câmara Municipal ao apresentar emenda ao Projeto de Lei 73/94, foi corrigir uma distorção no Projeto de Lei originário, pois conforme a própria mensagem nº 257, o Executivo diz "tal porcentagem corresponde a variação da URV (Unidade Real de Valor), entre os dias 1º e 30 de abril do corrente ano...". Ora, não pode usar o Executivo dois pesos e duas medidas.



COMISSÕES

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO:

Certifico que o Veto ao Artigo 4º do Projeto de Lei  
nº. 73/94 recebeu Parecer.....fls.02  
e Redação assinado pelo Presidente Vereador José Al-  
temio Fernandes Borges, e o Membro Aparício Soares  
Carvalho.

De outra feita, conforme artigo 2º da Lei 18 de 16 de  
junho de 1989, de autoria do próprio Executivo, o regime Jurídico Único do  
funcionalismo Municipal é o da Consolidação das Leis do Trabalho, portanto  
atrelado a Lei Federal, não pode vir agora o Executivo e apresentar Projeto de  
Lei que venha ferir as determinações do Governo Federal.

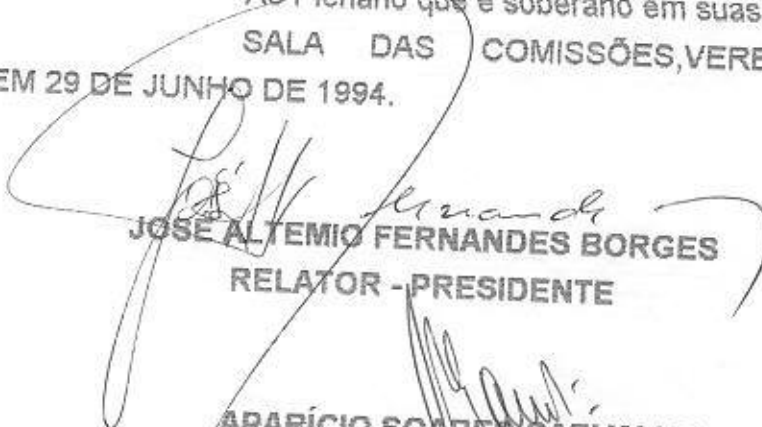
Ao citar o ensinamento do mestre Hely Lopes  
Meirelles, trazido em tela pelo Executivo, este relator o fez propositalmente, para  
demonstrar que o Executivo não cumpriu com as três regras fundamentais para  
organização de seu pessoal em âmbito municipal, portanto liberta da Lei Federal,  
ou seja, a lei que organiza o funcionalismo municipal é a Federal, amparada na  
Consolidação das Leis do Trabalho, Lei 18 de 16 de junho de 1989; em segundo  
lugar o Executivo não está respeitando as normas Constitucionais Federais  
pertinentes ao funcionalismo, ao apresentar Projeto de Lei que disponha sobre  
vencimentos que não seja em U.R.V. ( Unidade Real de Valor ).

Pelo exposto, quanto a forma e autoria, o Veto  
apresentado é constitucional. No entanto, é ilegal, pelos motivos expostos.

É o parecer.

Ao Plenário que é soberano em suas decisões.

SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO  
MELLO, EM 29 DE JUNHO DE 1994.

  
JOSE ALTEMIO FERNANDES BORGES  
RELATOR - PRESIDENTE

  
APARÍCIO SOARES CARVALHO  
MEMBRO





# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

## CERTIDÃO:

Certifico que o Veto ao Artigo 4º do Projeto de Lei nº. 73/94 recebeu o Parecer da Comissão de Justiça e Redação assinado pelo Presidente Vereador José Altemio Fernandes Borges, e o Membro Aparício Soares Carvalho, apresentado na Secretaria Administrativa no dia 29 p. passado, juntado a proposição na presente data.  
Ibiúna, 30 de junho de 1994.

*Amador Gabriel Vieira*  
Diretor de Divisão do Proceso Legislativo

Través do presente comunica-se Vossa Excelsa que o Veto ao Artigo 4º da Lei Municipal nº. 73/94 - Projeto de Lei nº. 73/94 - foi devolvido e votado na Sessão Extraordinária de dia 11 p. passado, sendo mantido por esta Casa de Lei.

Sem mais, apresento o encargo para retomar os trabalhos de elevada ordem e máxima consideração.

*José Vicente Zezito Falci*  
PRESIDENTE

AO EXMO. SR.  
JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI  
DD. PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA  
NESTA



GABINETE

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO GPC Nº 193/94

IBIÚNA, 12 DE JULHO DE 1994

**SENHOR PREFEITO :**

Através do presente comunico a Vossa Excelência que o Veto ao Artigo 4º da Lei Municipal nº 302/94 - Projeto de Lei nº 73/94, foi discutido e votado na Sessão Extraordinária do dia 11 p. passado, sendo mantido por esta Casa de Leis.

Sem mais, aproveito o ensejo para reiterar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
JURACY FLORENCIO PINTO  
PRESIDENTE

AO EXMO. SR.  
JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI  
DD. PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA  
N E S T A.



# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

## CERTIDÃO:

Certifico que o Parecer da Comissão de Justiça e Redação assinado pelos Membros José Altemio Fernandes Borges e Aparício Soares Carvalho ao Veto ao Artigo 4º do Projeto de Lei nº. 73/94 foi lido na Ordem do Dia da Sessão Extraordinária do dia 11 p. passado. Certifico mais, colocado em discussão e votação secreta na Ordem do Dia da mesma Sessão Extraordinária o Veto ao Artigo 4º foi mantido por nove votos favoráveis, seis votos contrários e dois ausentes Vereadores Jonas de Campos e José Altemio Fernandes Borges. Certifico finalmente que em face do Veto ao Artigo 4º ao Projeto de Lei nº. 73/94 - Lei nº. 302/94 ser mantido foi comunicado ao Chefe do Executivo através do Ofício GPC nº. 193/94 da presente data. Ibiúna, 12 de julho de 1994.

*Amândio Gabriel Vieira*  
Diretor de Divisão do Procs. Legislativo